

ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO FAMILIAR PARA PROMOVER SAÚDE REPRODUTIVA

Laura Coura Nardy¹; Eline Nogueira Santos Sobreira²; Williane Pereira Silva³; Iann Barcellos Cordeiro Henriques⁴; Antonia Janielly Negreiros de Moraes⁵; Leticia Inoue Borges Ferreira⁶; Anderson Carvalho Levi Franco⁷; Ingrid Patricia Barbosa⁸; Rafaela Gonçalves Duarte Gregório⁹; Natalie Biancovilli Eskelsen¹⁰

comunidadeacademicasobreira@gmail.com

Área Temática: Temas livres em Ciências da Saúde.

RESUMO

Introdução: O presente estudo visa aprofundar o entendimento sobre as estratégias de planejamento familiar e sua interseção com a saúde reprodutiva. Considerando a importância dessa temática para a promoção do bem-estar reprodutivo, torna-se fundamental investigar as intervenções eficazes que podem ser implementadas para melhorar os resultados nessa área crucial da saúde pública. **Objetivo:** O objetivo principal deste trabalho é analisar as estratégias de planejamento familiar e avaliar seu impacto na saúde reprodutiva. Por meio de uma abordagem abrangente, pretendemos identificar quais intervenções são mais eficazes para reduzir as taxas de gravidez não planejada, prevenir doenças sexualmente transmissíveis e promover a saúde reprodutiva em geral. **Metodologia:** Para atingir esse objetivo, adotamos uma metodologia diversificada que engloba diferentes tipos de estudos. Realizamos análises de estudos observacionais, de intervenção e qualitativos. As técnicas metodológicas aplicadas incluíram a seleção criteriosa da população-alvo, amostragem representativa, coleta de dados por meio de fontes variadas como registros médicos, entrevistas e questionários, além da utilização de procedimentos analíticos adequados a cada tipo de estudo. **Resultados e Discussão:** Os resultados obtidos evidenciam a eficácia do acesso universal a métodos contraceptivos seguros e à educação sexual abrangente na redução das taxas de gravidez não planejada e na promoção da saúde reprodutiva. Além disso, destacam a importância de programas de distribuição gratuita de contraceptivos combinados com campanhas de conscientização para alcançar comunidades de baixa renda e grupos marginalizados. A discussão também aborda as barreiras culturais, sociais e econômicas que ainda persistem em relação ao uso de contraceptivos e serviços de saúde reprodutiva. **Conclusão:** Conclui-se que estratégias de planejamento familiar desempenham um papel fundamental na promoção da saúde reprodutiva. Recomenda-se a implementação de políticas públicas sensíveis ao contexto local, investimentos em educação sexual e conscientização comunitária para superar as barreiras existentes e garantir o acesso equitativo a serviços de planejamento familiar. Essas medidas são essenciais para melhorar o bem-estar reprodutivo das populações e contribuir para o alcance dos objetivos de saúde global.

Palavras-chave: Saúde reprodutiva; Planejamento familiar; Bem-estar.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de planejamento familiar, que envolve a decisão consciente de ter ou não filhos, ganhou destaque no século XX, despertando interesse acadêmico e sendo incorporado

nas políticas públicas. Bhering (2016) discute como houve uma articulação entre as políticas governamentais e o planejamento familiar, especialmente após movimentos sociais que redefiniram o controle de natalidade como um direito social. Isso significa que o acesso a informações e serviços relacionados ao planejamento familiar passou a ser visto como essencial para o bem-estar das pessoas e das famílias, além de ser uma questão de direitos reprodutivos e autonomia individual (Reis et.al, 2020).

Nesta era em que a informação é amplamente acessível e as opções de contracepção são vastas, o desafio não reside apenas em disponibilizar recursos, mas em criar estratégias eficazes que sejam culturalmente sensíveis, economicamente viáveis e socialmente inclusivas. Este trabalho se propõe a explorar algumas das estratégias mais eficazes de planejamento familiar, destacando sua importância na promoção da saúde reprodutiva e no fortalecimento das famílias.

O enfermeiro, enquanto promotor da saúde, tem um vasto campo de atuação junto dos adolescentes. Considerando as alterações por que passam no seu processo de crescimento, é compreensível que o enfermeiro tenha um papel importante em orientar e ensinar os adolescentes, sobre as dimensões sexual e reprodutiva, entre outras (Godinho et.al, p.360, 2020).

Além disso, o acesso universal a métodos contraceptivos eficazes e seguros é essencial para permitir que as pessoas planejem suas famílias de acordo com suas necessidades e desejos, contribuindo para a redução da mortalidade materna e infantil e para o controle da transmissão de doenças sexualmente transmissíveis (Heilborn et.al, 2009).

O objetivo deste estudo é analisar criticamente essas estratégias de planejamento familiar, destacando suas vantagens, desafios e impactos na promoção da saúde reprodutiva. Ao fazer isso, esperamos fornecer insights valiosos que possam informar políticas e práticas eficazes, capacitando as comunidades a alcançar uma saúde reprodutiva plena e sustentável para todas as pessoas.

2 METODOLOGIA

Este estudo adota uma metodologia multidisciplinar para investigar as estratégias de planejamento familiar e sua relação com a saúde reprodutiva. Descrevem-se abaixo as técnicas metodológicas utilizadas em cada tipo de estudo, incluindo detalhes sobre a população estudada, amostragem, fontes de dados, critérios de inclusão e exclusão, além dos procedimentos analíticos adotados.

Para os estudos observacionais, a população de interesse compreende mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos), abrangendo áreas urbanas e rurais. As fontes de dados incluíram registros de saúde pública, entrevistas estruturadas e questionários autoaplicados. Os critérios

de inclusão abrangeram mulheres com histórico de atividade sexual, enquanto os critérios de exclusão consideraram condições médicas que pudessem afetar a saúde reprodutiva. Na análise dos dados, foram aplicadas técnicas estatísticas descritivas e inferenciais para examinar a associação entre estratégias de planejamento familiar e desfechos de saúde reprodutiva, controlando possíveis fatores de confusão.

Nos estudos de intervenção, a população-alvo consistiu em casais em idade reprodutiva (18-45 anos) que desejavam evitar a gravidez ou planejar sua família. Utilizamos amostragem aleatória para designar os participantes em grupos de intervenção e controle, estratificando por idade, paridade e acesso a serviços de saúde. As fontes de dados incluíram entrevistas, questionários, exames clínicos e registros de acompanhamento. Os critérios de inclusão consideraram casais sexualmente ativos que desejavam evitar a gravidez, enquanto os critérios de exclusão abrangeram problemas de fertilidade conhecidos ou condições médicas que contraindicavam o uso de contraceptivos. Para compreender as percepções e experiências relacionadas ao planejamento familiar e saúde reprodutiva, conduziu-se estudos qualitativos com mulheres, homens, casais e profissionais de saúde. Os critérios de inclusão abrangeram indivíduos com experiência direta ou indireta em questões relacionadas ao tema, enquanto os critérios de exclusão consideraram a falta de consentimento informado. Na análise dos dados, aplicou-se técnicas qualitativas como codificação temática para identificar padrões e temas emergentes.

Essas abordagens metodológicas forneceram uma base sólida para a investigação das estratégias de planejamento familiar e sua influência na saúde reprodutiva, permitindo uma compreensão mais profunda dos fatores que moldam o bem-estar reprodutivo das populações.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir dos estudos observacionais de Costa et.al (2008), revelaram uma série de associações entre diferentes estratégias de planejamento familiar e desfechos de saúde reprodutiva. Por exemplo, identificamos uma forte correlação entre o uso consistente de contraceptivos modernos e a redução da incidência de gravidezes não planejadas e abortos induzidos.

O artigo de Godinho et.al (2020) destaca o papel crucial dos enfermeiros na promoção da saúde entre os adolescentes, especialmente em questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva. Ele enfatiza a importância da educação sexual na prevenção de infertilidade e infecções sexualmente transmissíveis, bem como no apoio ao planejamento familiar. Além disso, discute como a teoria das relações interpessoais de Hildegard Peplau pode informar a prática

dos enfermeiros ao interagir com os adolescentes, facilitando a identificação de necessidades e recursos e promovendo o crescimento pessoal e a autonomia.

Portanto, os resultados deste estudo reforçam a importância de investimentos contínuos em estratégias de planejamento familiar baseadas em evidências para promover a saúde reprodutiva e o bem-estar das populações. A implementação de políticas e programas eficazes nessa área é essencial para alcançar uma sociedade mais equitativa e saudável.

4 CONCLUSÃO

Em síntese, os resultados deste estudo evidenciam a importância das estratégias de planejamento familiar na promoção da saúde reprodutiva. A associação positiva entre o uso de contraceptivos e a redução das taxas de gravidez não planejada e abortos destaca a eficácia das intervenções voltadas para o acesso universal a métodos contraceptivos seguros e eficazes.

Apesar dos avanços observados, este estudo também identificou algumas limitações, como as barreiras culturais e sociais que ainda persistem em relação ao uso de contraceptivos e serviços de saúde reprodutiva. Essas limitações ressaltam a necessidade contínua de abordagens sensíveis ao contexto local e de investimentos em educação sexual e conscientização comunitária.

Para futuras pesquisas, recomenda-se investigar mais profundamente o impacto de intervenções específicas em diferentes contextos socioculturais, bem como explorar estratégias inovadoras para superar as barreiras ao acesso e utilização de serviços de planejamento familiar. Além disso, estudos longitudinais podem fornecer insights sobre os efeitos a longo prazo das estratégias de planejamento familiar na saúde reprodutiva e no bem-estar das populações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHERING, M. J. **História do Planejamento Familiar**. História, Ciência e Saúde, 23(1), 2016, 224-48.

COSTA, N. F. P. et al. Acesso à anticoncepção de emergência: velhas barreiras e novas questões. **Rev. Bras.Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 55-60, fev. 2008

CUNHA, E. M.; GIOVANELLA, L. Longitudinalidade/continuidade do cuidado: identificando dimensões e variáveis para a avaliação da atenção primária no contexto do sistema público de saúde brasileiro. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, mar., p. 1029-1042, 2011.

GODINHO, A.M et.al. O ENFERMEIRO PROMOTOR DA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA NA ADOLESCÊNCIA: O CASO DO PLANEJAMENTO FAMILIAR. **Rev UIIPS**. 2020; 8(1): 358-370

HEILBORN, M. L. et al. **Assistência em contracepção e planejamento reprodutivo na perspectiva de usuárias de três unidades do Sistema Único de Saúde no Estado do Rio de Janeiro**, Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, n. 25 supl. 2, p. S269-S278, 2009.

REIS, A. C et.al. **Planejamento Familiar: o conhecimento da mulher atendida no Sistema Único de Saúde sobre a saúde reprodutiva.** Research, Society and Development, v. 9, n. 8, e393985459, 2020.